

Senado examinará pedidos de empréstimo

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou o Ministério da Fazenda a enviar ao Senado Federal, através da Presidência da República, os pedidos de empréstimos internos de 61 municípios de 16 Estados, dos quais 14 são prefeitos paulistas e sete solicitações de cinco governadores, que no final dão um montante de Cr\$ 15,1 bilhões. Os empréstimos para São Paulo totalizam Cr\$ 2,5 bilhões.

Todos os Estados e municípios, que estão fazendo a solicitação já "estouraram" os seus limites de endividamento, segundo os critérios da legislação vigente. Por isto precisam do consentimento do Senado Federal para levantar novos créditos. Para que prefeitos e governadores consigam sacar tais recursos nas instituições financeiras oficiais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Habitação, Bancos regionais ou bancos e caixas estaduais) ainda este ano e, assim, poderem fechar os seus sempre desfalcados orçamentos, o Senado precisa aprovar os pedidos de empréstimos até o próximo dia cinco, antes do recesso parlamentar.

Esta avalanche de pedidos foi aprovada pelo CMN, numa consulta telefônica do ministro Galvães aos principais integrantes do colegiado, na semana passada. O chefe da

Coordenadoria de Assuntos do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega explicou que o acúmulo é decorrência da estratégia de prefeitos e governadores de concentrarem as suas solicitações no final do ano, e, depois, ficarem apresentando o Banco Central para liberá-los, de modo que sejam encaminhados ao Senado antes de cinco de dezembro. Os administradores municipais e estaduais só verão o dinheiro solicitado em março do próximo ano, quando o Congresso voltar a funcionar.

Dos Cr\$ 15,1 bilhões, Cr\$ 10,07 bilhões serão divididos entre os municípios. O maior número de solicitações foi feito pelos prefeitos mineiros, com 20 pedidos que resultam em Cr\$ 3,7 bilhões. O segundo maior solicitante é São Paulo, onde 14 municípios pediram Cr\$ 2,5 bilhões. Os demais pedidos dos prefeitos são dos seguintes Estados: três do Rio, Santa Catarina, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte, do Paraná, Maranhão e Goiás foram feitas duas solicitações de cada um; de Sergipe, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Alagoas, apenas um município de cada.

Dos sete empréstimos para os Estados, que globalizam Cr\$ 5,04 bilhões, dois são para Santa Catarina, dois para São Paulo e um de cada para Maranhão, Sergipe e Ceará.